



C.M.A.  
FL. N.º 01

# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

## ESTADO DE SÃO PAULO

**PROJETO DE LEI N.º 05**, de 2014-L

*Altera a Lei n.º 531, de 22 de fevereiro de 2010.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA decreta:

**Art. 1.º.** Os dispositivos a seguir elencados da Lei n.º 531, de 22 de fevereiro de 2010, passam a vigorar na seguinte conformidade:

**I.** a ementa:

"Proíbe o despejo, no território de Araçariguama, de resíduos sólidos ou a disposição final de rejeitos, bem como de lixo de qualquer natureza, originários de outros municípios" (NR)

**II.** o artigo 1.º:

"Art. 1.º. Fica proibido o despejo, no território de Araçariguama, em áreas públicas ou particulares, de resíduos sólidos ou a disposição final de rejeitos, bem como de lixo de qualquer natureza, originários de outros municípios." (NR)

**III.** o artigo 2.º:

"Art. 2.º. Após prévia autorização, os materiais referidos no artigo 1.º poderão ser despejados nos locais permitidos e indicados pela Prefeitura, desde que produzidos no território de Araçariguama.

"Parágrafo único. Não será concedida, em nenhuma hipótese, a autorização de despejo de materiais de que trata o *caput* deste artigo quando provenientes de outros municípios, exceto quando destinados para usina de compostagem ou estabelecimento similar para fins de reciclagem, devidamente licenciados." (NR)





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

## ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.A.  
FL. N.º 02

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por finalidade aprimorar o texto da Lei nº 531, de 22 de fevereiro de 2010, de maneira a eliminar dúvidas no tocante a sua interpretação. Dessa forma, a redação ora proposta deixa clara a proibição do despejo, no território de Araçariguama, **em áreas públicas ou particulares**, de resíduos sólidos ou a disposição final de rejeitos, bem como de lixo de qualquer natureza, originários de outros municípios.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres pares para a rápida aprovação da vertente propositura.

**Gabinete do Vereador Moacyr Godoy, 05 de Maio de 2014**

MOACYR GODOY  
Vice-Presidente

RODRIGO DE ALMEIDA SOUZA  
Presidente

PAULO VOLCOV  
Primeiro-Secretário

GENIVALDO VIDAL DOS SANTOS  
Segundo-Secretário

LEANDRO AMARO DE ANDRADE  
Vereador

JOSÉ FERNANDES DA COSTA  
Vereador

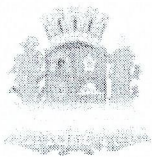
MILTON DA COSTA  
Vereador

NADIVAN FERREIRA MAIA  
Vereador

MAURO BONIFÁCIO  
Vereador

JOSÉ APARECIDO FELIX - TATU  
Vereador

ALTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA  
Vereador



# PREFEITURA DE ARACARIGUAMA

LEI N.º 531, DE 22 DE FEVEREIRO DE  
2.010. Autógrafo N.º 614/2009.  
Projeto de Lei N.º 014/2009-L.

"Proíbe o despejo de entulho, materiais ou lixo de qualquer natureza nos próprios e logradouros públicos".

ROQUE NORMELIO HOFFMANN, Prefeito Municipal de Araçariquama, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no § 5º do artigo 62 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal rejeitou o veto oferecido pelo Poder Executivo, mantendo a aprovação do Projeto de Lei n.º 014/2.009-L, e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica proibido o despejo de entulho, materiais ou lixo de qualquer natureza nos próprios e logradouros públicos localizados no território de Araçariquama.

Art. 2º. As pessoas físicas ou jurídicas, após prévia autorização, poderão despejar os materiais a que se refere o art. 1º desta Lei, nos locais permitidos e indicados pela Prefeitura, mediante o pagamento antecipado do preço público correspondente, desde que aludidos materiais sejam produzidos no território de Araçariquama.

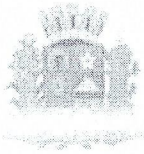
Parágrafo único. Não será concedida, em nenhuma hipótese, a autorização de despejo de materiais de que trata o *caput* deste artigo quando o entulho, materiais ou lixo de qualquer natureza forem provenientes de outros municípios, exceto se o despejo ocorrer em usina de compostagem ou similar, devidamente licenciados.

Art. 3º. O não cumprimento do disposto no art. 2º implicará a imposição de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que será dobrado nos casos de reincidência, sem prejuízo da apreensão do veículo condutor, quando for o caso, e demais cominações legais.

Parágrafo único. O não pagamento da multa, no prazo e nas condições estabelecidas nesta Lei, ensejará a inscrição de débito em dívida ativa, com os respectivos acréscimos legais,

Art. 4º. O infrator poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da notificação do auto de infração) mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.





# PREFEITURA DE ARAÇARIGUAMA

§1º. A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança, bem como suspenderá a fluência do prazo de pagamento do auto de multa,

§2º. Negado provimento à impugnação, começará a fluir o prazo para o pagamento.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Araçariguama, 22 de fevereiro de 2010

ROQUE NORMELIO HOFFMANN  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Gabinete do Prefeito, na data supra

FRANCISCO MARTINS PEREIRA  
Secretário de Governo